

Infância plural: crianças do nosso tempo¹

Sussi Abel Menine Guedes*

Infância plural – crianças do nosso tempo discute investigações realizadas na linha de pesquisa educação e infância no programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e também do NEE. A obra reúne quatro artigos que tratam, segundo Martins Filho (2006, p. 9-10), de uma “reflexão sobre o papel da produção cultural das crianças em diferentes contextos, destacando a idéia destes como sujeitos ativos de direito e produtores de múltiplas relações e expressões”.

O artigo de Altino José Martins filho, denominado “Crianças e adultos: marcas de uma relação”, ressalta as reflexões que se fazem necessárias aos educadores, acadêmicos e outros profissionais que estão envolvidos com a educação de crianças pequenas. O autor traz indicativos necessários para se refletir sobre a ação educativa com meninas e meninos, na perspectiva de considerá-los como sujeitos e atores

produtores de cultura. Tais indicativos situam-se no campo da sociologia da infância na medida em que se constitui numa “tentativa de interpretação da importância atribuída à infância e a valorização dada aos seus membros – as crianças – como sujeitos que se encontram em desenvolvimento, assim como os adultos ou a outras categorias geracionais” (p. 14). Propõe, ainda, uma reflexão urgente sobre as instituições de educação infantil, se pretendemos uma ação educativa qualificada de atendimento às crianças, considerando-as como sujeitos ativos. Ressalta em sua pesquisa, realizada numa creche, a “descrição e análise dos processos de socialização engendrados no cotidiano da instituição” e pontua duas categorias de análise: a primeira enfoca as “tensões e contradições nas relações entre adultos e crianças e a segunda destaca “as regras e estratégias de que se valem os adultos

* Mestre em Educação e professora no curso de Pedagogia Educação Infantil UPF-RS

e crianças no processo de socialização, e, no caso das crianças à produção das culturas infantis” (p. 16).

O autor destaca o conceito de socialização, que contribui para a resignificação das relações de interação entre criança e adulto e entre as crianças. Define socialização “como um processo de inserção de um sujeito em um determinado contexto sociocultural por intermédio das relações humanas ali travadas dentro das condições e limites que esse meio impõe”. Observa que “é se socializando com os outros que as crianças vão descobrindo as próprias especificidades, como também as especificidades dos que com ela convivem. Assim, a construção da visão de mundo efetuada pela criança se faz com o auxílio dos elementos produzidos por sua contínua relação social com os pares e com os adultos, em contextos sociais que vão se interpondo” (p. 18-19).

O artigo de Fernanda Carolina Dias Tristão, denominado “Sutil complexidade das práticas pedagógicas com bebês,” desafia-nos a um olhar diferenciado em relação ao trabalho educativo realizado com crianças do berçário, condição para superar as ações de cuidado baseadas no senso comum, entendidas como práticas que qualquer outro trabalhador poderia realizar para ressignificar as práticas dentro das instituições infantis, onde educador e crianças pequenas sejam atores, construtores e produtores da sua autonomia. Para a autora, “a prática pedagógica junto aos berçários tem características bastante

particulares. O trabalho com bebês ‘não aparece’ dentro da instituição. As crianças *não produzem* concretamente nada. Grande parte do tempo, em um berçário é dedicado às atividades rotineiras..., não sendo, assim, refletidas e avaliadas” (p. 40).

No entanto, a autora nos remete a uma outra perspectiva sobre as práticas realizadas com bebês. Com base em sua pesquisa, observa que é fundamental assegurar uma pedagogia da infância que de fato respeite a criança como um ser integral (p. 47). Outro ponto significativo é que as práticas realizadas no cotidiano da relações com bebês são permeadas de intencionalidade educativa que caracteriza a ação docente. Assim, é fundamental “as professoras de crianças pequenas olharem, ouvirem e sentirem os meninos e meninas dos grupos pelos quais são responsáveis, aprendendo a respeitar seus ritmos e suas cadências, de forma a não se deixarem levar pela voracidade de uma rotina que automatiza ações e homogeneiza pessoas” (p. 51).

O terceiro artigo da obra é de Ilo-na Patrícia Freire Rech, denominado “A hora da atividade no cotidiano das instituições”. Em seu estudo, a autora procura compreender o significado atribuído pelos sujeitos – professor e criança – ao planejamento e realização da “atividade” que compõem um momento específico da rotina proposta para meninos e meninas da educação infantil. Para o entendimento dessas questões, destaca como ponto de partida a compreensão sobre o que é “ativi-

dade” e sobre a forma como é pensada a divisão do “tempo” das crianças na escola infantil. De acordo com Rech (p. 60), “a estrutura e o modo de funcionamento da instituição – horários de entrada e saída, higiene, atividades, alimentação – aparecem como modelo para a organização do trabalho das professoras. Para tanto, seu planejamento é apresentado como um esquema que prescreve o que deve ser feito e em que momento esse fazer é mais adequado”. Assim, a partir dessa organização é possível pensar o “tempo” das crianças na instituição.

Para Rech, “os períodos definidos para cada um dos momentos são homogêneos, [...] pode-se perceber que o resultado de tal forma de organização é padronização dos hábitos, a organização em demasia dos ambientes [...], a determinação os materiais e do seu uso nas ‘atividades’ planejadas pelas professoras” (p. 60). Partindo dessas constatações a autora questiona até que ponto essa estrutura de planejamento e organização do “tempo” programado pela educadora, para meninos e meninas, tem de fato contribuído para atender às necessidades das crianças e contemplado uma pedagogia da infância.

As reflexões de Rech (p. 64) contribuem, nesse sentido, para se pensar nas práticas desenvolvidas com crianças e considerar que a pedagogia da infância “tem como objeto de preocupação a própria criança: seus processos de constituição como seres humanos em diferentes contextos sociais, sua cultura, suas capacida-

des intelectuais, criativas, estéticas, expressivas e emocionais”. Enfatiza, ainda, que a compreensão acerca da ação pedagógica com crianças pequenas remete a “uma concepção que instiga professoras a aprenderem com as crianças o diferente o inusitado e a expor sentimentos e pensamentos, em que a ação de planejar, de organizar, de propor é de suma importância.”

O quarto artigo do livro é de Maria Luiza Schneider, intitulado “Posso brincar, professora?”, cuja leitura nos faz pensar nos alunos que organizam seus trabalhos de conclusão de curso e tomam como foco de estudo o brincar na educação infantil e nos anos iniciais. A autora fala da necessidade de um trabalho coletivo dos educadores e nas práticas pedagógicas realizadas na “educação da infância, que contemple os espaços do brincar”. O estudo apresentado desafia-nos a compreender como se constituem no âmbito da escola, tempos e espaços de brincadeiras na percepção das crianças e também dos educadores. Com base em observações e entrevistas realizadas com crianças numa instituição de ensino fundamental, chama atenção para as formas e os espaços onde acontecem as brincadeiras das crianças e como estas são constituídas nas relações sociais estabelecidas no contexto escolar.

Para Schneider (p. 86), “as crianças e os adultos, como integrantes da escola, reproduzem relações sociais mais amplas, trazendo para a cultura escolar diferentes representações socioculturais, oportunizando desta maneira contribuição para que os adultos

possam entender melhor as crianças em suas brincadeiras quanto poderá contribuir para desvelar suas formas de brincar e de conviver em grupo que precisam ser compreendidas e mediadas pelo educador”.

Schneider (p. 91) destaca três categorias para a compreensão do estudo sobre o brincar na escola: “os brinquedos, os tempos e os espaços do brincar, a formação de grupos e os modos de brincar na escola”. Com base nessas categorias, tece considerações que contribuem para o professor refletir sua prática pedagógica diante da nova infância, aquela que busca intensamente viver “a cultura infantil”, em oposição aos ditames da cultura escolar que limita os espaços do brincar, modela e disciplina o comportamento infantil. De acordo, com a autora apesar de a cultura escolar não compreender o significado e a importância do brincar como elemento inerente à

infância que promove aprendizagem e desenvolvimento, as crianças burlam essa cultura, criam resistências e exercitam seu direito de cidadania, ou seja, querem ser tratados como sujeitos que brincam, interagem com a cultura de seu meio, reinventam, constroem conhecimentos e, principalmente, se divertem.

Os textos que compõem a obra, aqui apresentados de modo sintético, desafiam-nos a uma pedagogia da escola, para a qual é urgente a escola, os educadores, os pais e a comunidade escolar ouvirem o que as “infâncias plurais” têm a dizer sobre a escola e o mundo em que elas gostariam de estar, de viver e de interagir.

Nota

- 1 A resenha é baseada na obra organizada por Altino José Martins Filho denominada *Infância plural: crianças do nosso tempo*, publicada pela Editora Mediação, Porto Alegre, 2006.